

DOSSIÊ

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: AFROGRAFIAS, TERRITORIALIDADES E LUTAS

“A LUTA AQUI É CONSTANTE!” A LUTA DE MULHERES DA COMUNIDADE PORTO DA PEDRA PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS

“THE FIGHT HERE IS CONTINUOUS!”
THE PORTO DA PEDRA COMMUNITY WOMEN'S FIGHT FOR RECOGNITION
OF QUILOMBOLAS TERRITORIAL RIGHTS.

*Laise de Lima Pimentel Malta **

RESUMO

Este artigo constitui-se como um recorte da dissertação de mestrado que trata do protagonismo das mulheres remanescentes de quilombo da comunidade Porto da Pedra, território rural do Município de Maragogipe-Ba. Onde optei por uma abordagem metodológica baseada em depoimentos orais das mulheres, com o objetivo de compreender o processo de organização política, engajamento e atuação dessas mulheres quilombolas do Recôncavo Baiano, sobretudo, buscando evidenciar a trajetória dessas mulheres dentro do território, suas lutas, seus projetos de vida e os benefícios assegurados a partir dessas lutas, onde almejam alcançar seus direitos através do exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: *Mulheres quilombolas. Comunidades Quilombolas. Gênero.*

ABSTRACT

This article is based on an excerpt of my master that deals with the women's protagonism of Porto da Pedra, rural area of Maragogipe-BA territory. The methodological option was based on oral testimonies of women in that locality, with the aim of understanding the process of political organization, engagement and performance of those quilombola's women in the territory, their struggle, their life projects, benefits gained through the struggle and the ways the paths to achieving rights through citizenship.

KEYWORDS: *Quilombola women. Quilombola community. Gender.*

A comunidade quilombola Porto da Pedra desenvolve suas atividades de subsistência com base na agricultura, no extrativismo e na pesca. O manejo dos recursos naturais presentes no território garante a sobrevivência de seu povo. Atualmente, a economia continua girando, principalmente, em torno do pescado. As mulheres, os homens e até crianças adentram os manguezais, a maré ou o mar para extrair a matéria prima que garante o sustento de suas famílias. A atividade da mariscagem e pescaria artesanal

* Mestra em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Email: lailpi@gmail.com.

são os principais meios de sobrevivência dos/as moradores/as, trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda.

As mulheres quilombolas do Porto da Pedra seguem suas trajetórias estabelecendo vínculos de solidariedade, transmitindo suas experiências e as tradições locais, enfrentando, a cada dia, uma nova labuta, a cada dificuldade, um novo desafio, a cada tropeço, um novo acerto. No entanto, a luta continua e a resistência tem sido a palavra de ordem dessas mulheres, assim como sempre foi para suas ancestrais.

Estudos recentes nos mostram que as mulheres escravizadas estiveram envolvidas nas mais diversas formas de resistência. Apesar das repressões sofridas, elas destacaram-se como protagonistas de suas próprias histórias. Dentro do sistema escravista, as escravizadas estiveram inseridas e comprometidas com diversas atribuições, envolvidas com a dinâmica do trabalho, da família, da rua; e em todos esses espaços lutaram pelo abandono do cativeiro e pelo acesso à liberdade. (SIMAS, 2017).

Analisando as histórias das mulheres escravizadas em relação à realidade atual das mulheres quilombolas, é possível perceber o quanto as trajetórias das mulheres negras contemporâneas se assemelham com as do passado. As mulheres negras resistiram à opressão sofrida no passado, construíram espaços de visibilidade e mantiveram-se firmes lutando por direitos de permanecerem nos territórios tradicionalmente ocupados e por outros direitos específicos, como, também, por igualdade e justiça social. Apesar dos avanços, nos dias de hoje, os marcadores da exclusão e da desigualdade social permanecem impactando a vida das mulheres, que, diante dessa realidade, sobrevivem enfrentando os desafios constantes, seguem militando na luta por seus direitos fundamentais, por liberdade, por autonomia de suas vidas e de seus corpos.

A luta pela titulação do território de Porto da Pedra segue junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas, além dessa demanda, as mulheres continuam lutando por políticas públicas para a comunidade. Dentro dessas pautas imediatas e necessárias, o setor econômico aparece como um campo de relevância, visto que a atividade econômica constitui um dos pilares da segurança alimentar do ser humano e essas famílias vivem e sobrevivem econômica, social e culturalmente sobretudo da mariscagem e da pesca artesanal. No passado, a agricultura e o extrativismo vegetal faziam parte dessa realidade; hoje, com a falta de terras e a diminuição dos mariscos, o dinheiro obtido da comercialização dos mariscos e pescados supre apenas o básico. Quem necessita de uma renda maior precisa sair da comunidade em busca de outros campos de trabalho:

Os que querem ter alguma renda são obrigados a deixar o território e prestar serviços como pedreiro, empregada doméstica, segurança etc, muitas vezes sub-empregados (sem direitos trabalhistas ou ganhando menos de um salário mínimo). Outra alternativa para muitos quilombolas que deixaram as suas comunidades foi o trabalho informal como ambulantes na capital (RTID, 2014).

Não existem alternativas para as mulheres na comunidade. Aquelas que almejam exercer outras atividades são obrigadas a abandonar a localidade em busca de novas oportunidades. De acordo com os relatos, a maioria das mulheres que saem da comunidade para trabalhar fora se ocupam como

trabalhadoras domésticas. As poucas que conseguiram alcançar outras funções mais especializadas foram as que seguiram se aperfeiçoando nos estudos, mesmo diante de todas as dificuldades. Algumas, quando saem, retornam por não se adaptarem às funções menos qualificadas, como nos revela o depoimento a seguir:

Eu mesmo fui trabalhar fora, levei catorze anos em Salvador, mas voltei de novo quando engravidei “dela”, que ela nasceu (a filha estava próxima), aí saí de licença, licença foi essa que eu voltei pra trabalhar, mas no caminho voltei embora de novo, aí só fui lá assinar, dá baixa em meus documento e vim embora e tou aqui até hoje na luta (Roselita, 6 de novembro de 2021).

Durante a escravidão, segundo Carmélia Miranda (2009, p. 32), a mão-de-obra escravizada na Bahia e nas demais partes do país foi distribuída nos mais diversos setores de produção, como nas fazendas, nas casas e no comércio. Os escravizados e libertos, crioulos e negros africanos, ocupavam praticamente todas as funções da economia urbana e rural, das mais especializadas às menos qualificadas. Atuavam como carregadores, trabalhadores nos portos e nas oficinas, como lavadeiras, quitandeiras, domésticas, artesãos e lavradores.

Analisando fontes escritas do período pós-abolição, é possível constatar que os postos de trabalho para a população pobre e negra estavam concentrados nas funções menos qualificadas, geralmente no setor informal, e eram experiências que exigiam um maior esforço físico e maior carga horária. Essa parcela da população sofreu no passado e sofre até os dias de hoje com a segregação e o racismo presentes na sociedade brasileira, especialmente no campo de gênero, uma vez que as mulheres, historicamente, estiveram apagadas pelo patriarcado. Nesse aspecto, pensando através das categorias de gênero, raça e classe social, com o foco na questão da mão de obra das mulheres negras na sociedade, afirma Ângela Davis (2016, p. 100):

Desde o período da escravidão, a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas tem sustentado muito dos mitos duradouros sobre a “imoralidade” das mulheres negras. Nesse clássico “círculo vicioso”, o trabalho doméstico é considerado degradante porque tem sido realizado de modo desproporcional por mulheres negras que, por sua vez, são vistas como “ineptas” e “promíscuas”. Mas as aparentes inépcia e promiscuidade são mitos que se confirmam repetidamente pelo trabalho degradante que elas são obrigadas a fazer.

No Brasil, historicamente, o machismo e o racismo, ideologicamente estruturados na sociedade, seguem impactando os postos de trabalho. Estes são motivos da desigualdade social no mercado de trabalho, sobretudo quando pensamos nos espaços ocupados por mulheres negras, que são duplamente afetadas, por serem mulheres e por serem negras:

As mulheres negras brasileiras compõem em grande parte o contingente de trabalhadores em postos de trabalhos considerados pelos especialistas como mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos. (CARNEIRO, 2000, p. 5).

Analisando a realidade das mulheres rurais da comunidade quilombola Porto da Pedra, no campo dos espaços ocupacionais, é possível perceber que as relações se estabelecem basicamente a partir dos aprendizados tradicionais, passados de geração a geração. As mulheres desenvolvem diferentes atividades de relevância, algumas não remuneradas, porém essenciais, como também em outras nas quais agregam valor econômico para prover o sustento da família.

Nessa batalha diária, permanecem lutando contra a invisibilidade e submissão historicamente impostas, assumindo, de certa forma, uma sobrecarga de responsabilidades, atuando nas mais diversas funções, como: no trabalho doméstico, na roça, na maré. Mesmo assim não se acomodam, buscam, cada vez mais, um melhor engajamento nos espaços de poder, assumindo posições de liderança diante dos enfrentamentos do dia a dia, visando benefícios para o grupo, uma vez que a solidariedade e o trabalho coletivo são características basilares nessa realidade. Como prova disso temos que a coordenação da Associação de Moradores e Moradoras da Comunidade Porto da Pedra é constituída por maioria feminina e as funções de maior relevância estão sob a responsabilidade de mulheres.

No campo das relações e da divisão de trabalho entre homem e mulher na sociedade como um todo, assim como nas comunidades tradicionais, o trabalho doméstico é naturalizado como feminino. Mesmo sendo um trabalho desgastante e necessário, não é valorizado, tampouco remunerado. Esse cenário de opressão e machismo foi instaurado para manter as mulheres negras e pobres em submissão, desde o período colonial no Brasil. Apesar dos avanços conquistados com a força dos movimentos do feminismo negro, essa é, ainda, a realidade atual, sobretudo nas comunidades rurais quilombolas (ARAÚJO, 2001).

O trabalho doméstico não remunerado é uma condição naturalizada pelo sistema capitalista, no qual propaga-se a ideia de não trabalho, impedindo que as mulheres lutem contra ele. O trabalho doméstico não apenas é naturalizado como também é sexualizado. Entretanto, não há nada natural em ser dona de casa, visto que a menina/filha passa parte de sua vida em processo de aprendizado diário, tendo por referência sua mãe ou outra figura feminina, não remunerada, sendo preparadas para essa atribuição futura. Mesmo que a mulher assuma outros espaços de trabalho, isso se torna acumulativo e degradante, pois ela acaba cumprindo ampla jornada. Assim, um novo emprego jamais libertou a mulher do primeiro como dona de casa (FEDERICI, 2019).

É possível refletir sobre as estratégias de sobrevivência das mulheres quilombolas de Porto da Pedra a partir das suas lutas cotidianas. Diariamente, elas renovam forças para superar os obstáculos impostos pelo capitalismo e pelos regimes vigentes de opressão, que excluem e massacram a população mais vulnerável, sobretudo o povo preto das comunidades tradicionais e periferias, que vivem à margem, na luta constante contra a violação dos direitos e em busca de assegurar novas conquistas. A resistência e a força das mulheres quilombo Porto da Pedra se manifestam claramente nas falas de suas moradoras, como é possível notar no depoimento transcrito a seguir:

A luta aqui é constante. Eu costumo dizer que cada dia a gente mata um leão para sobreviver aqui na comunidade. Já passamos já por situações piores agora tá bem mais amenizada. (Ana Lúcia, 06 de novembro de 2021)

A partir dos depoimentos colhidos nas entrevistas, durante a pesquisa, é possível constatar que muitos foram os enfrentamentos ocorridos na história desse grupo social. Nota-se também a evolução da comunidade Porto da Pedra no que diz respeito à organização política das mulheres e à articulação das lideranças, assim como o engajamento delas junto aos demais moradores em busca dos seus direitos.

Segundo Elionice Sacramento (2021), dentro dos territórios quilombolas, frequentemente o capital vem se articulando com muita força, na tentativa de negar o valor e a importância da luta, sendo relevante, então, resistir em todos esses momentos. Sobre o processo de resistência e fortalecimento de autonomia das mulheres quilombolas, a autora elucida:

Tenho defendido a viabilidade da pesca artesanal, articulada à agricultura familiar e à criação de pequenos animais, como estratégia viável e sustentável na construção da autonomia e do fortalecimento da liberdade de não ter patrão (SACRAMENTO, 2021, p. 54).

As comunidades quilombolas vêm garantindo algumas melhorias e a pauta é atualizada constantemente, pois muitos são os desafios diante das crises econômica, sanitária (instaurada com a pandemia da Covid-19) e política que lhes afetam. As questões sociais vão se agravando, sobretudo para as populações mais vulnerabilizadas.

Em um cenário de desigualdade, exclusão social e violação de direitos, as mulheres quilombolas buscam somar forças com companheiras de outros territórios, atuando como protagonistas, viabilizando estratégias de enfrentamento nas lutas de resistência. A cada novo desafio, elas são provocadas a fortalecer a luta contra a opressão, o racismo, todos os tipos de violência, violação dos direitos dos povos tradicionais, e pela manutenção e regularização dos territórios, com o objetivo de alcançar a liberdade do seu povo.

Porto da Pedra, atualmente, é uma comunidade reconhecida como quilombola, que se auto identifica como quilombola e compreende o território como lugar de pertencimento, relacionado à identidade étnico-racial e cultural. Desde a posse da Certidão de Remanescente de Quilombos (CRQ), em julho de 2005, foram se materializando as primeiras conquistas, como o acesso às políticas públicas voltadas para os habitantes de comunidades rurais. Outro avanço significativo está configurado na reconstrução da identidade étnica, a nova forma de se reconhecer enquanto sujeitos de direitos e participantes do contexto macrosocial, assim como no reconhecimento da legitimidade dos atores sociais que ocupam posição de liderança junto à comunidade, que segue desbravando os caminhos árduos das lutas em busca de novos benefícios e recursos para o seu grupo social.

Em 2004 a energia elétrica chegou para esta comunidade, possibilitando o acesso às informações por meio de TV e/ou rádio, assim como a possibilidade de aquisição de equipamentos eletrodomésticos essenciais, como refrigerador. O benefício da energia elétrica tornou-se possível através do Programa Luz Para Todos, criado e financiado pelo Governo Federal, implementado no

Brasil em 2003, com o objetivo de universalizar o acesso e uso de energia elétrica, com custo diferenciado, mais acessível, nos territórios rurais para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica. A tarifa social atende a esse público, garantindo descontos para famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. No caso específico das populações quilombolas, existe o desconto de 100% para aqueles que consumirem até 50 kw/mês.

Outra conquista de grande relevância para a comunidade pesqueira foi o acesso ao seguro defeso, benefício previsto na legislação brasileira para a/o pescadora/o artesanal, equivalente ao seguro-desemprego para a referida categoria. É chamado “defeso” porque acontece no período de reprodução e crescimento das espécies. A proibição temporária da atividade de pesca tem o objetivo de preservar as espécies. Para suprir suas necessidades básicas, nesse período, a pescadora e o pescador têm o direito, junto ao INSS, de receber o benefício de um salário-mínimo mensal.

A conquista mais recente para as populações quilombolas, em todo o Brasil, foi a realização do censo demográfico, que, em 2022, pela primeira vez, contabilizou oficialmente os dados populacionais e socioeconômicos da população quilombola. Esse acontecimento histórico se tornou realidade por conta das estratégias de resistência dos movimentos sociais quilombolas. As lideranças e coordenações quilombolas estiveram discutindo com técnicos/as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para montar estratégias e metodologias de comunicação para o Censo 2022. Outro aspecto de relevância nesse contexto é o fato de que os/as recenseadores/as poderiam ser da comunidade. Para isso, as lideranças se comprometeram em mobilizar e incentivar as/os quilombolas a participarem do edital de recenseadores (CONAQ, 2021).

Apesar dos avanços, garantidos a partir da organização política desse grupo social, o racismo institucional é uma realidade no Brasil. Trata-se de um mecanismo estrutural, que promove a exclusão dos grupos racialmente subordinados, como negros(as) e indígenas. Esse racismo institucional se manifesta no campo da proteção social quando dificulta o acesso às políticas públicas, programas, projetos e ações, atuando na manutenção da organização e ação do Estado, suas instituições e políticas públicas, enquanto estratégia para a produção e reprodução da hierarquia racial (WERNECK, 2013).

As bandeiras de luta da comunidade do Porto da Pedra envolvem pautas antigas e novas, demandas que vão sendo inseridas, a cada dia, mediante necessidade do coletivo. A luta pelo território permanece no posto de objetivo primordial dentre as reivindicações de direito dos quilombolas, pois a burocracia e morosidade no andamento dos processos junto ao Estado, bem como os entraves administrativos, impossibilitam a conclusão da titulação integral dos territórios para a regularização fundiária dos territórios quilombolas. Por esses motivos, é possível considerar a questão fundiária como o ponto central de onde partem outras tantas demandas de direitos assegurados por lei para os povos quilombolas, como o acesso à saúde plena e integral, à educação e à assistência social em áreas remanescentes de quilombos.

O Decreto n.º 6040 de 2007 indicou novos elementos para a oferta de escolarização em territórios de Comunidades e Povos Tradicionais, nas quais se incluem as comunidades quilombolas.

Já a Resolução n.º 8, do Conselho Nacional de Educação, publicada em 2012, estabeleceu novas “orientações e diretrizes para a execução de projetos educacionais de formação continuada de professores e elaboração de material didático específico para alunos e professores da educação básica nas áreas de remanescentes de quilombos” (BRASIL, 2012).

Mesmo após muitos anos da publicação deste decreto, nenhuma evolução no campo da educação foi constatada na comunidade; ao contrário, o único prédio escolar que atendia às crianças nos anos iniciais, da pré-escola ao quarto ano do ensino fundamental, dentro da comunidade foi fechado pela Gestão Municipal em 2018. As crianças tiveram que ser remanejadas para outras comunidades, submetidas a condições precárias de deslocamento, como nos revela, em depoimento, Ana Lúcia, moradora, ativista e líder da comunidade:

Essa escola atendia criança de cinco anos, o pré, até o quarto ano. Quando fechou, eles deslocaram essas crianças. Os mais velhos, os meninos mais velhos, da terceira e quarta série, eles colocaram no turno da manhã, pra ir pra outra comunidade e botaram esses carro tudo quebrado pra pegar, e no turno da tarde colocaram as crianças de quatro e cinco anos pra também pra se deslocar daqui nesses carro tudo como já falei aí, tudo quebrado (Ana Lúcia, 06 de novembro de 2021).

A declaração demonstra o sentimento de angústia da entrevistada, que expressa muita insatisfação diante do descaso por parte do poder público com a comunidade. A referida escola era o único equipamento público que existia na comunidade, inclusive foi construído com participação dos moradores, a parceria da Prefeitura Municipal foi tardia nesse campo. A entrevistada declarou que a retirada da escola de dentro da comunidade foi um grande retrocesso para os moradores e moradoras do lugar.

A escola primária dentro da comunidade rural quilombola faz-se necessária, pois possibilita aos estudantes conhecerem suas origens, considerando suas heranças culturais, vivências cotidianas, crenças, valores, costumes, comportamentos e ritos, conduzindo ao fortalecimento de uma identidade local e valorização da própria história. No Brasil, a modalidade de educação quilombola foi instituída pela Resolução n. 4, de 2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu artigo 41:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2010).

Não há nenhum equipamento público dentro da comunidade para acessar os serviços de saúde. As moradoras e moradores devem se deslocar para outra comunidade. Próximo ao território, apenas na localidade de Capanema existe uma unidade básica de saúde para atender todas as comunidades ao redor. No entanto, o atendimento é precário. Os relatos de Sra Ana Lúcia reafirmam o que observei:

A saúde é precária, a gente aqui não tem um posto quilombola por aqui, por... a gente aqui no município são 12 comunidades quilombolas, a gente não tem um posto quilombola pra nos assistir, tem um posto dentro de Capanema, mais vem... a gente sabe que vem uma verba diferenciada, mas a gente não vê aonde é que isso aí é investido, a gente procura saber, a gente tem reunião, tem reunião de conselho quilombola, a gente procura saber onde é que eles investem esse dinheiro que vem diferenciado, eles não explicam pra gente, só fala que é em medicação, em medicamento, e quando vai pra o posto procurar medicamento a gente não encontra (Ana Lúcia, 06 de novembro de 2021).

Para a atenção primária, ainda que de forma precária, a comunidade precisa se deslocar para a unidade de saúde mais próxima. Na falta de medicamentos, buscam suprir por conta própria, por se tratar se questão imediata e prioritária. Em casos de urgência e emergência, costumam utilizar do apoio solidário entre os moradores/as dentro da comunidade, para remoção de paciente, seja por via terrestre com transporte particular, ou travessia pelo mar, de canoa, até chegarem ao pronto atendimento na sede ou em outro município que faz fronteira com o território.

Dentro da área da saúde, em Porto de Pedra também não existem ações para saneamento e infraestrutura. Algumas famílias habitam em melhores condições porque construíram suas casas de alvenaria, com fossa rudimentar; no entanto, ainda existem na comunidade casas de taipa com esgoto a céu aberto, em condições precárias de infraestrutura.

Sabemos que existe previsão orçamentária para a implementação de políticas públicas para as populações quilombolas e não compreendemos os entraves administrativos para a efetivação dessas ações. Muitos são aos desafios, apesar da certificação e de todo o processo de luta e resistência. Durante a construção/reconstrução da identidade étnica e cultural quilombola na comunidade, mesmo existindo formalmente o autorreconhecimento coletivo, ainda existem conflitos internos no que diz respeito à identidade. Algumas pessoas não se autoreconhecem como quilombolas, umas devido à dificuldade de compreensão do significado, outras por possuírem vínculo de trabalho com fazendeiros e serem influenciadas negativamente que não aceitam sair das terras. Esclarece a depoente Ana Lúcia:

O Porto da Pedra se reconhece mais como quilombo de que Mutamba. A Mutamba porque veio o processo do fazendeiro, tudo mais, querer comprar, querer empregar os moradores mais velho, tirá os direito, diz: não, eu lhe dou não sei quanto de terra e você vai ter que ficar aqui, você vai ter que trabalhar comigo, vai fazer isso, fazer aquilo outro e esquece negócio de quilombo, esquece esse negócio de quilombo, mas nós sabemos que manda esquecer esse negócio de quilombo, mas nós sabemos que eles mandam esquecer esse negócio de quilombo porque eles não querem sair da terra, eles sempre quer que a gente ainda fique embaixo da chibata deles (Ana Lúcia, 06 de novembro de 2021).

Mesmo sendo uma comunidade pequena, no aspecto populacional, existe representação de liderança organizada, bem articulada politicamente e atuante. Ouvi relatos de algumas representantes que, muitas vezes, sentem-se sobrecarregadas com o volume de compromissos assumidos em função da liderança, enquanto outra parcela dos habitantes não vem colaborando, esperando apenas pelos benefícios. A Associação dos representantes de quilombo do Porto da Pedra e Mutamba é constituída

por uma coordenação colegiada, constituída majoritariamente por mulheres. Esse pequeno grupo assume a responsabilidade na luta pela titulação das terras, buscando viabilizar a garantia de direitos que promovam o desenvolvimento da comunidade.

As mulheres quilombolas dessa comunidade atuam na organização social, política e do trabalho dentro da comunidade, contribuindo com a autogestão do território, protagonizando essa liderança quilombola, viabilizando, a cada dia, novas estratégias de sobrevivência e resistência em seu território. Através do manejo dos recursos naturais, seja na agricultura familiar ou na maré, extraem os próprios alimentos, fonte nutricional fundamental tanto para o autosustento quanto para a venda do excedente, que complementa a renda familiar. Nessa batalha por sobrevivência, que envolve a relação entre natureza e comunidade, destacamos a relevância em compreender o vínculo dessa população com o território, considerando a questão de identidade territorial e o sentimento de pertencimento como as principais razões que impulsionam a luta por regularização fundiária.

Essas mulheres quilombolas são detentoras dos saberes tradicionais e ancestrais dentro da comunidade e é através delas que esses saberes são perpetuados entre as novas gerações. Além da coragem e capacidade de liderança, elas desenvolvem, com muita maestria, o senso de coletividade, ajuda mútua e solidariedade comunitária. A troca de afetos está presente nas relações, fortalecendo mutuamente umas às outras nos enfrentamentos cotidianos, que perpassam por duas razões principais historicamente estabelecidas, como o racismo e sexismo. Por conta do racismo, a distribuição das políticas públicas se torna desigual entre essa população. Em Porto da Pedra, a comunidade sofre para acessar políticas públicas basilares, relacionadas à saúde e à educação. Já que não existe nenhum equipamento dentro da comunidade, para serem atendidas/os os moradores e moradoras recorrem a outras localidades, e, quando acessam os serviços, não são consideradas as suas especificidades enquanto população quilombola.

Não só de potencialidades é sustentado o ativismo das mulheres quilombolas. Essas mulheres racializadas reconhecidas por sua coragem e resistência também estão sujeitas às fragilidades inerentes aos seres humanos que atravessaram essa história de luta desde suas antepassadas. Dentre essas fragilidades, podemos destacar os desgastes cotidianos, o cansaço e todas as frustrações provocados pelas violações de direitos que sofrem no dia a dia. Nesse sentido, afirma Maria Aparecida Mendes (2020, p. 66):

Certamente o ativismo é uma atividade que exige muita doação, grande envolvimento afetivo, e nem sempre resulta em conquistas, e sim em expectativas frustradas. Nós, mulheres quilombolas, somos guerreiras, sim, mas sentimos dores, mágoas e podemos adoecer com as adversidades enfrentadas. Concordo com Sueli Carneiro quando afirma que as características aparentemente positivas atribuídas às mulheres negras são extremamente violentas, porque nos privam do direito de expor fragilidades, dores, desejos e sentimentos.

Durante a pandemia da COVID-19 a liderança feminina da comunidade Porto da Pedra, através da Associação, buscou recursos do Governo Federal e de ONGs para atender às demandas das

famílias durante o período de isolamento e enfrentamento à pandemia. Nos foi relatado em entrevista que, por parte da gestão municipal, a assistência ficou a desejar. Não houve melhora nesse período pandêmico, as dificuldades permaneceram como antes. A população recebeu assistência de ONGs, que concederam cestas básicas para as famílias da comunidade, atendendo às necessidades básicas e imediatas nos momentos difíceis, enquanto estiveram isolados, no início da pandemia.

Assim como outras conquistas dessa população, o acesso à vacina do Covid-19 só contemplou os quilombolas após vitória da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) no Supremo Tribunal Federal (STF), pois o Plano Nacional de Operacionalização contra a pandemia, que foi enviado ao STF, não contemplava os quilombolas na primeira fase da imunização.

Por se tratar de um dos grupos mais vulneráveis à doença, a CONAQ protocolou aditamento à ADPF 741, visto que não havia disponibilidade para toda a população brasileira na fase inicial e a proposta no governo não contemplava esse público como prioritário. Logo após, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) solicitou ao STF a inclusão de quilombolas nos grupos prioritários para a vacina do Covid-19 na fase inicial de imunização no Brasil (CONAQ, 2020).

Nos últimos anos, pouca mudança tem ocorrido nos territórios quilombolas, a nível nacional. Em junho do ano de 2022, lideranças de todo o estado da Bahia estiveram reunidas em Audiência Pública para discutir a proteção e regularização de territórios quilombolas no estado. No evento, promovido pelo Ministério Público Federal (MPF), as lideranças apresentaram cobranças e denúncias ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), ao INCRA e à Superintendência de Patrimônio da União (SPU). A audiência tinha por objetivo ouvir os participantes sobre os atuais problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas do estado da Bahia e identificar, junto ao Inema, à SPU, ao INCRA e à CONAQ, medidas para assegurar os direitos dessas comunidades tradicionais (BRASIL, 2022).

Paralelo a essas pautas de grande relevância para as comunidades quilombolas, as lideranças vêm enfrentando, constantemente, situações de ameaças, violências e impunidade. É possível evidenciar um alto índice de assassinatos envolvendo lideranças quilombolas, o que vem preocupando as comunidades quilombolas de todo o Brasil. Nos últimos 10 anos, cerca de 30 quilombolas foram assassinados. Recentemente, em 17 de agosto, mais uma liderança quilombola foi assassinada no quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador. A vítima, Maria Bernadete Pacífico, mais conhecida por mãe Bernadete, era também Coordenadora da CONAQ. Infelizmente, a realidade das comunidades quilombolas segue o fluxo de impunidade e injustiça. A morosidade para a regularização das terras expõe as famílias quilombolas ao racismo fundiário e a outras expressões de violência relacionadas (CONAQ, 2023).

Diante desse cenário, as comunidades quilombolas de todo o Brasil seguem resistindo e lutando pela regularização fundiária de seus territórios. Enquanto não ocorrer a titulação, para a regularização das terras quilombolas de Porto da Pedra, a luta para assegurar seus direitos e garantir

melhores condições de vida para a comunidade seguirá. Associada à pauta principal de titulação do território, outras pautas secundárias vão sendo inseridas nas reivindicações junto ao poder público, em um processo dinâmico atravessado por enfrentamentos que resultam tanto em vitórias como derrotas. Resistência e liberdade traduzem a força do movimento. Enquanto houver desigualdade e injustiça, haverá luta. Nessa perspectiva, o relato de Ana Lúcia demonstra a resistência do movimento que segue, apesar dos embates:

Vamos enfrentar novos desafios pela frente, quando a nossa titularização sair de nossa terra, sair mesmo o nosso título de nossa terra, pela associação de remanescentes do quilombo Porto da Pedra e Mutamba. Sei que não vai ser diferente do quilombo Salamina e Putumuju, que eles vem enfrentando com a retirada de madeiras, eu sei que nosso quilombo não vai ser diferente, então são lutas e novos desafios que vamos ter pela frente, por que a luta nunca para, sempre ela chega e sempre a gente tá aqui pra lutar pelo bem maior de nossa comunidade, de nosso quilombo, então cada um de nós sabemos que vamos ter novos desafios pela frente, é um dia após dia (Ana Lúcia, 21 de fevereiro de 2022).

Essa narrativa revela o desejo dos quilombolas por liberdade, como também a consciência de que os conflitos entre comunidades do território e fazendeiros estão longe de acabar. A cada dia, um novo desafio, por trás de uma vitória muitos embates aconteceram e outros novos poderão vir a acontecer até que o processo de regularização fundiária do território seja concluído.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, n. 11, 2001. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie28Dossie%201.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. *Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jul. 2010.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). Procuradoria da República da Bahia. *MPF requer que Inema, Incra e SPU adotem medidas para garantir direito de comunidades em territórios quilombolas na Bahia*. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/mpf-requer-que-inema-incra-e-spu-adotem-medidas-para-garantir-direito-de-comunidades-em-territorios-quilombolas-na-bahia>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília: CNE/CEB, 2012. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso em: 20 Jun. de 2022.

CARNEIRO, A. Matriarcado da miséria. *Correio Braziliense*, Coluna Opinião, 15 set. 2000.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). *Abrasco pede ao STF a inclusão de quilombolas no grupo prioritário para a vacina da Covid-19*. 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/abrasco-pede-ao-stf-a-inclusao-de-quilombolas-no-grupo-prioritario-para-a-vacina-da-covid-19>. Acesso: em 04 março 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). *Reunião entre lideranças quilombolas e técnicos do IBGE discutem estratégias para o censo demográfico 2022*. 08 de dezembro de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/reuniao-entre-liderancas-quilombolas-e-tecnicos-do-ibge-discutem-estrategias-para-o-censo-demografico-2022/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). *Violência e impunidade: pelo menos 30 quilombolas foram assassinados nos últimos 10 anos*. 18 de agosto de 2023. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/violencia-e-impunidade-pelo-menos-30-quilombolas-foram-assassinados-nos-ultimos-10-anos/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante, 2019.

MENDES, M. A. *Saindo do quarto escuro: violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas*. In: DEALDINA, S. dos S. (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. inicial-final

MIRANDA, C. A. S. *Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuacú - BA*. São Paulo: Annablume, 2009.

RTID/INCRA. *Relatório Antropológico de Identificação de Delimitação do Território das Comunidades Quilombolas de Guerém-Baixão do Guai, Guaruçu, Jirau Grande, Porto da Pedra e Tabatinga, Maragogipe e Nazaré - Bahia*. Salvador, 2014.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Da diáspora negra ao território de terra e águas**. Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

SIMAS, Tatiany de Oliveira. *Histórias de resistências de mulheres escravizadas em Pernambuco (1830-1856)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11957/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

WERNECK, J. *Racismo Institucional: uma abordagem conceitual*. Trama Design, 2013. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

Data de Submissão: 28/08/2023

Data de aprovação: 15/01/2024

Copyright (c) 2024 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)